

EIXO: VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA

Categorias	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
30 horas Piso Salarial	Senado	SUG 13/2022	Programa E-Cidadania	Dispõe sobre o piso salarial da psicologia e carga horária de 30 horas.	09.11.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Mara Gabrielli	CDH		
30 horas Regulamentação da Profissão	Câmara	PL 1214/2019	Erika Kokay (PT/DF)	Acrescenta artigo à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar a duração do trabalho do Psicólogo em até trinta horas semanais.	27.02.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Lindbergh Farias	CFT	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
30 horas Regulamentação da Profissão	Senado	PLS 511/2017	Comissão de Direitos Humanos E Legislação Participativa	Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.	19.12.2017	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Paulo Paim	CAE		Deliberação pelo Plenário
Piso Salarial	Câmara	PL 2079/2019	Mauro Nazif (PSB/RO)	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de Psicologia.	04.04.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE	Dr. Luiz Ovando	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Piso Salarial	Senado	SUG 1/2023	Programa E-Cidadania	Requer piso salarial aos psicólogos R\$ 4.900,00.	13.03.2023	MATÉRIA COM A RELATORIA	Mara Gabrielli	CDH		
Piso Salarial Regulamentação da Profissão	Câmara	PL 1015/2015	Dr. Jorge Silva (SOLIDARIEDADE/ES)	Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar o piso salarial da categoria.	31.03.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Enio Verri	CFT	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

EIXO: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Categorias	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Av. Psi. Educação/Formação	Câmara	PL 551/2023	Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de submeter à Avaliação Psicológica, por meio de Psicodiagnóstico, todos os graduandos dos cursos de medicina, enfermagem e psicologia, integrando, assim, as atividades que avaliam as condições necessárias à obtenção dos respectivos diplomas para o exercício profissional. Dispõe ainda da obrigatoriedade da avaliação da Condição de Saúde Mental como integrante dos exames admissionais e periódicos, de todo profissional de saúde, níveis médio e superior, em instituição pública ou privada.	15.02.2023	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Prof. Paulo Fernando	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Av. Psi. Organizacional e do Trabalho	Câmara	PL 275/2019	Rubens Otoni (PT/GO)	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 667, de 1969, para tornar obrigatória a realização de exames psicológicos para ingresso e permanência nos quadros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiro Militar bem como nos cursos de reciclagem	04.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CASP)	Carmen Zanotto	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Av. Psi. Organizacional e do Trabalho	Senado	PL 2258/2022	Câmara Dos Deputados	Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.	10.08.2022	AGUARDANDO DESPACHO				Deliberação pelo Plenário
Av. Psi. Organizacional e do Trabalho	Câmara	PL 4394/2021	Alexandre Frota (PROS/SP)	Estabelece a obrigatoriedade de psicólogo e psiquiatra nas juntas médicas para avaliações de servidores públicos federais, quando de pedido de afastamento motivado por problemas de saúde.	13.12.2021	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Av. Psi. Porte de Armas	Câmara	PL 2160/2022	Ney Leprevost (UNIÃO/PR)	Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir ao comprovação de aptidão psicológica anual aos profissionais das forças de segurança para a concessão e/ou manutenção do porte de armas de fogo e dá outras providências.	04.08.2022	ARQUIVADA	Alberto Fraga	CSPCCO	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Av. Psi. Porte de Armas	Senado	PL 3723/2019	Câmara Dos Deputados	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983.	04.12.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Marcos Do Val	CCJ		Deliberação pelo Plenário
Av. Psi. Porte de Armas	Câmara	PL 6438/2019	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes, e dá outras providências.	12.12.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CREDN)	Eduardo Bolsonaro	CREDN	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Av. Psi. Porte de Armas	Câmara	PL 3722/2012	Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC)	Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.	19.04.2012	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO (PLEN)	Laudívio Carvalho	PL372212	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Av. Psi. Trânsito	Senado	PL 1612/2019	Styvenson Valentim (PODE/RN)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, à realização de avaliação médico-psicológica, que poderá cominar na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico.	20.03.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Fabiano Contarato	CCJ		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Av. Psi. Trânsito Código de Trânsito Brasileiro	Senado	PLS 98/2015	Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.	10.03.2015	PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Fabiano Contarato	CCJ		Deliberação conclusiva pelas Comissões

EIXO: CONSELHOS PROFISSIONAIS

Categorias	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Anuidades	Câmara	PL 2635/2020	Gervásio Maia (PSB/PB)	Altera a Lei nº 8.662, de 07 de JUNHO de 1993 que "Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências".	14.05.2020	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Alexandre Lindenmeyer	CTRAB	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades	Câmara	PL 7050/2017	Professor Victório Galli (PSL/MT)	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.	08.03.2017	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Rogério Correia	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades	Câmara	PL 2070/2022	Vicentinho Júnior (PP/TO)	Acrescenta dispositivo a Lei 12.514 de 28 de outubro de 2011 que dispõe sobre as atividades do médico-residente, e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.	15.07.2022	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Léo Prates	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Anuidades	Câmara	PL 5557/2019	Lucas Gonzalez (NOVO/MG)	Altera os dispositivos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado.	16.10.2019	APENSADO AO PL 11278/2018			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades	Câmara	PL 1004/2011	Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.	12.04.2011	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO	Rogério Correia	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades	Câmara	PL 11278/2018	Poder Executivo	Institui a Política Nacional do Voluntariado.	28.12.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Maria Rosas	CE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Anuidades	Câmara	PL 4006/2021	Joice Hasselmann (PSDB/SP)	Torna facultativo o pagamento de anuidades aos conselhos profissionais.	11.11.2021	APENSADO AO PL 7050/2017			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 600/2011	Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que 'dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências', para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.	24.02.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Hiran Gonçalves	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 2862/2022	Kim Kataguri (UNIÃO/SP)	Altera a Lei nº 12.514, de 2011, para estabelecer regras de inscrição no nome de seus membros em cadastro de devedores ou façam protestos sem antes notificá-los	25.11.2022	APENSADO AO PL 7050/2017			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 1579/2020	Capitão Alberto Neto (PL/AM)	Altera a Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965 para reduzir os valores das anuidades devidas por representantes comerciais aos respectivos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais por decorrência de situações de calamidade pública, surto, epidemia, pandemia, endemia ou guerra externa	06.04.2020	APENSADO AO PL 3979/2019			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 1743/2020	Daniel Coelho (CIDADANIA/PE)	Acresce § 3º ao art. 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para estabelecer redução temporária de anuidades devidas a entidades fiscalizadoras do exercício profissional em decorrência de pandemias, e dá outras providências.	09.04.2020	APENSADO AO PL 3979/2019			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 3528/2021	Joice Hasselmann (PSDB/SP)	Reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais, durante pandemias, guerras ou estado de calamidade pública de alcance nacional.	14.10.2021	APENSADO AO PL 3331/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 1263/2020	Júnior Mano (PL/CE)	Reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais.	30.03.2020	APENSADO AO PL 3979/2019			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 938/2020	Lucas Gonzalez (NOVO/MG)	Alteram os dispositivos da lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado	24.03.2020	APENSADO AO PL 11278/2018			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 3237/2020	Luis Tibé (AVANTE/MG)	Altera as leis que regulamentam a profissão de contador para atribuir aos Conselhos Regionais de Contabilidade a competência para instituir e cobrar as respectivas anuidades e multas.	10.06.2020	APENSADO AO PL 2728/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 3348/2020	Rubens Otoni (PT/GO)	Inserir dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para prever a suspensão da exigibilidade das contribuições profissionais de enfermeiros.	16.06.2020	APENSADO AO PL 1263/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 313/2019	Rubens Otoni (PT/GO)	Isenta de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.	04.02.2019	APENSADO AO PL 7050/2017	Mauro Nazif	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 722/2019	André Fufuca (PP/MA)	Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das categorias profissionais, cobradas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.	13.02.2019	APENSADO AO PL 1004/2011			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 4184/2019	Roberto De Lucena (REPUBLICANOS/SP)	Concede isenção de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.	02.08.2019	APENSADO AO PL 313/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 1885/2019	José Medeiros (PL/MT)	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre a não obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e aos conselhos de fiscalização profissional.	28.03.2019	APENSADO AO PL 7050/2017			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Anuidades Conselhos Profissionais	Câmara	PL 10615/2018	Chico D'Angelo (PDT/RJ)	Altera a Lei n.º 12.524, de 28 de outubro de 2011, para disciplinar a cobrança de contribuições pelos conselhos profissionais.	11.07.2018	APENSADO AO PL 7050/2017			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Atendimento Por TIC'S Resoluções CFP Saúde	Câmara	PL 2394/2020	Adriana Ventura (NOVO/SP)	Autoriza, aos profissionais da área da saúde, o exercício da profissão à distância por meio de tecnologias, na forma que especifica.	05.05.2020	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Hiran Gonçalves	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Conselhos Profissionais	Câmara	PEC 32/2020	Poder Executivo	Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.	03.09.2020	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Arthur Oliveira Maia	PEC03220	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Conselhos Profissionais	Câmara	PL 8970/2017	Julio Lopes (PP/RJ)	Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos.	30.10.2017	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA:			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Conselhos Profissionais	Câmara	PL 9904/2018	Valdir Colatto (MDB/SC)	Regulamenta o princípio da legalidade administrativa em todas as esferas da administração pública direta e indireta.	27.03.2018	APENSADO AO PL 8970/2017			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Conselhos Profissionais	Câmara	PL 513/2015	Fausto Pinato (PP/SP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas	27.02.2015	APENSADO AO PL 6253/2013			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Conselhos Profissionais EAD nos Cursos da Saúde LDB Registros	Câmara	PL 2796/2022	Kim Kataguri (UNIÃO/SP)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) para estabelecer vedação aos conselhos profissionais de classe de proceder qualquer distinção relacionada à modalidade de ensino no ato de registro profissional.	16.11.2022	APENSADO AO PL 7015/2010			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Conselhos Profissionais Registros	Câmara	PL 4511/2019	José Medeiros (PL/MT)	Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dispõe sobre valores devidos a conselhos profissionais, para vedar a cobrança de taxa pelo cancelamento de registro.	14.08.2019	APENSADO AO PL 7050/2017			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Conselhos Profissionais Piso Salarial	Câmara	PL 1858/1991	Sigmaringa Seixas (PT/DF)	Modifica a redação do art. 22 da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que "altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas".	17.09.1991	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Magela	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Conselhos Profissionais Sistema Conselhos de Psicologia	Câmara	PL 3979/2019	Eduardo Bismarck (PDT/CE)	Regulamenta a atuação das autarquias especiais, isto é, os Conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas, destinadas ao controle e fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias profissionais, geridas por profissionais eleitos pelos seus pares.	09.07.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Rogério Correia	CTRAB	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Registros	Câmara	PL 894/2021	Jorge Solla (PT/BA)	Dispõe sobre a validade do registro profissional em todo o território nacional.	15.03.2021	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO	Reimont	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Registros	Câmara	PL 11065/2018	Carlos Henrique Gagum (UNIÃO/TO)	Dispõe sobre a disponibilidade de acesso público às consultas e informações cadastrais relativas aos profissionais registrados nos conselhos de fiscalização.	28.11.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Registros	Câmara	PL 6253/2013	Wilson Filho (PTB/PB)	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.	03.09.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CASP)	Geovania De Sá	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Registros	Câmara	PL 9663/2018	Pedro Cunha Lima (PSDB/PB)	Altera a Lei nº 9.659, de 27 de maio de 1998, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.	28.02.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CASP)	Kim Kataguri	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regulamentação da Profissão	Câmara	PL 3081/2022	Tiago Mitraud (NOVO/MG)	Revoga e altera Leis, Decretos-Leis e um Decreto, a fim de desregularizar profissões e atividades que não ofereçam risco à segurança, à saúde, à ordem pública, à incolumidade individual e patrimonial.	22.12.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Ismael Alexandrino	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regulamentação da Profissão	Câmara	PL 4573/2021	Shéridan (PSDB/RR)	Altera dispositivos da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.	20.12.2021	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Erika Kokay	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Resoluções CFP	Câmara	PDL 141/2023	Chris Tonietto (PL/RJ)	Susta os efeitos da Resolução nº 7, de 6 de abril de 2023, do Conselho Federal de Psicologia, que "estabelece normas para o exercício profissional em relação ao caráter laico da prática psicológica".	08.05.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Resoluções CFP	Câmara	PL 916/2020	Coronel Armando (PL/SC)	Dispõe sobre a regulamentação de consultas com médicos, terapeutas, psicólogos e nutricionistas por meio de tecnologia da informação e da comunicação em casos de calamidade pública e quarentena nos moldes da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.	24.03.2020	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Capitão Alberto Neto	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Conselhos de Psicologia	Câmara	PL 4771/2019	Dra. Soraya Manato (PTB/ES)	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.	29.08.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO	Silvio Costa Filho	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Conselhos de Psicologia	Câmara	PL 4364/2012	Poder Executivo	Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.	31.08.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE	Carla Dickson	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Conselhos de Psicologia	Câmara	PL 5680/2013	Glauber Braga (PSOL/RJ)	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.	29.05.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Major Vitor Hugo	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

EIXO: CRIANÇA E ADOLESCENTE

Categories	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Adoção Criança e Adolescente População LGBTQIA+	Câmara	PL 620/2015	Júlia Marinho (PSC/PA)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo.	06.03.2015	APENSADO AO PL 1432/2011	Luiza Erundina	CDHMIR	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Adoção Criança e Adolescente Sistema de Justiça	Câmara	PL 1432/2011	Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	Dispõe sobre a adoção tardia.	25.05.2011	APENSADO AO PL 9963/2018	Geovania De Sá	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Adoção Criança e Adolescente Sistema de Justiça	Câmara	PL 7563/2014	Arnaldo Jordy (CIDADANIA/PA)	Desburocratiza o processo de adoção.	14.05.2014	APENSADO AO PL 1432/2011	Carmen Zanotto	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Adoção Criança e Adolescente Sistema de Justiça	Câmara	PL 9963/2018	Aécio Neves (PSDB/MG)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer que a guarda provisória no procedimento de adoção terá eficácia até a prolação da sentença.	05.04.2018	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Adoção Criança e Adolescente Sistema de Justiça	Câmara	PL 9993/2018	Rubens Pereira Júnior (PT/MA)	Altera o §7º do artigo 47 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre adoção.	11.04.2018	APENSADO AO PL 9963/2018			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Alienação Parental	Senado	PL 1372/2023	Magno Malta (PL/ES)	Revoga a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental.	23.03.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Eliziane Gama	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Alienação Parental	Câmara	PL 2354/2022	Sargento Alexandre (PODE/SP)	Altera a Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, para tratar de hipóteses de alienação parental, prever sanções e dá outras providências.	26.08.2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Alienação Parental	Câmara	PL 1079/2015	Rômulo Gouveia (PSD/PB)	Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.	08.04.2015	APENSADO AO PL 7569/2014			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Alienação Parental	Câmara	PL 10562/2018	Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alienação Parental.	10.07.2018	APENSADO AO PL 1079/2015			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Criança e Adolescente	Câmara	PL 3485/2021	Vinicius Gurgel (PL/AP)	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, revogando o inciso V do art. 111 e incluindo o art. 119-A, com a finalidade de tornar imprescritíveis os crimes previstos no art. 217-A do código penal brasileiro.	07.10.2021	APENSADO AO PL 4667/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Criança e Adolescente	Câmara	PL 3492/2019	Carla Zambelli (PL/SP)	Altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio e da lesão corporal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos.	12.06.2019	PRONTA PARA Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	Pedro Lupion	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Câmara	PL 10877/2018	Lincoln Portela (PL/MG)	Estabelece causa de aumento de pena para a prática de pedofilia encontrando-se a vítima dormindo.	16.10.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Paula Belmonte	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Senado	PL 1196/2019	Marcos Do Val (PODE/ES)	Altera o art. 242 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para inserir hipótese de aumento de pena.	26.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Alessandro Vieira	CCJ		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Código Penal Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Senado	PL 1545/2019	Marcos Do Val (PODE/ES)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 6 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o abandono material e intelectual de criança ou de adolescente.	19.03.2019	MATÉRIA COM A RELATORIA	Fabiano Contarato	CCJ		Deliberação pelo Plenário
CONANDA Criança e Adolescente	Câmara	PL 1248/2019	Geninho Zuiliani (UNIÃO/SP)	Acrescenta o dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, - Lei dos Juizados especiais para estabelecer que o pagamento de pena pecuniária possa ser destinado ao fundo gerido pelo CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao fundo gerido pelo CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou pelo CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a depender da competência da justiça.	27.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Bilac Pinto	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Criança e Adolescente	Câmara	PL 760/2022	Jaqueline Cassol (PP/RO)	Dispõe sobre incentivos fiscais destinados a promover o apoio à saúde mental de jovens e adolescentes e dá outras providências.	29.03.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Dani Cunha	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Criança e Adolescente	Senado	PL 1773/2022	Alessandro Vieira (MDB/SE)	Institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA).	28.06.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Eduardo Girão	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Criança e Adolescente	Câmara	PDL 359/2022	Paulo Teixeira (PT/SP)	Susta a RESOLUÇÃO Nº 2324/2022 do Conselho Federal de Medicina - CFM, que Aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa.	14.10.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Léo Prates	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Criança e Adolescente	Câmara	PL 1168/2019	Vilson Da Fetaemg (PSB/MG)	Altera o art. 3º da Lei 8.242 de 12 de outubro de 1991 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências.	26.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA	Leandre	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Criança e Adolescente	Câmara	PL 1022/2019	Flordelis (PSD/RJ)	Altera a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica.	21.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Ossesio Silva	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Criança e Adolescente	Senado	PL 565/2022	Câmara Dos Deputados	Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.	22.12.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Ana Paula Lobato	CDH		Deliberação pelo Plenário
Criança e Adolescente	Senado	PL 2241/2022	Câmara Dos Deputados	Acrescenta dispositivo ao art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para condicionar o recebimento de recursos públicos a compromisso de adoção de medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abuso sexual.	10.08.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Zenaide Maia	CDH		Deliberação pelo Plenário

Criança e Adolescente	Senado	PL 2650/2022	Câmara Dos Deputados	Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica.	19.10.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Flávio Arns	CDH		Deliberação pelo Plenário
Criança e Adolescente	Câmara	PLP 367/2017	Cristovam Buarque	Altera o inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.	26.04.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Shéridan	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Criança e Adolescente	Câmara	PL 1454/2015	Roberto Alves (REPUBLICANOS/SP)	Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	07.05.2015	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Jerônimo Goergen	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Criança e Adolescente Maioridade Penal	Câmara	PEC 171/1993	Benedito Domingos	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos).	19.08.1993	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Laerte Bessa	PEC17193	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Criança e Adolescente Lei Maria da Penha	Câmara	PL 6998/2017	Flávia Moraes (PDT/GO)	Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir a medida protetiva de prestação de alimentos provisionais ou provisórios aos filhos menores.	22.02.2017	APENSADO AO PL 3244/2020	Mário Heringer	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Criança e Adolescente Lei Maria da Penha	Câmara	PL 44/2015	Sergio Vidigal (PDT/ES)	Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.	02.02.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Subtenente Gonzaga	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Criança e Adolescente Educação	Câmara	PL 1217/2022	José Nelto (PP/GO)	Dispõe sobre a prioridade de matrícula e transferência em instituições públicas de ensino às crianças e aos adolescentes vítimas de violência.	11.05.2022	APENSADO AO PL 2225/2021			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Criança e Adolescente Mulheres	Câmara	PL 6061/2013	Hugo Leal (PSD/RJ)	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.	08.08.2013	APENSADO AO PL 6022/2013			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Criança e Adolescente Mulheres	Câmara	PL 2916/2019	Mário Heringer (PDT/MG)	Determina o encaminhamento de vítimas de violência sexual para os serviços ambulatoriais de Psiquiatria e Psicologia, com prioridade de atendimento, e dá outras providências.	15.05.2019	APENSADO AO PL 6061/2013			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Escuta Especializada Criança e Adolescente	Câmara	PL 1232/2022	Alexandre Frota (PROS/SP)	Altera o artigo 12 da Lei 13.431 de 04 de abril de 2017 para inserir o inciso VII para fazer estabelecer a obrigatoriedade de um(a) psicólogo(a) na tomada de depoimento da criança ou adolescente e dá outras providências.	12.05.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Silas Câmara	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Câmara	PL 2225/2021	Nilda Gondim (MDB/PB)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica prioridade absoluta para matrícula ou transferência para a instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.	13.04.2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Flávia Moraes	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Câmara	PL 7307/2014	Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino na qual estiver matriculado.	26.03.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA	Leandre	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Câmara	PL 1/2015	Ricardo Barros (PP/PR)	Acrescenta o art. 53-A a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.	02.02.2015	APENSADO AO PL 604/2011			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Câmara	PL 1125/2019	Otto Alencar Filho (PSD/BA)	Acrescenta o Art. 53-A a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", com o intuito de estabelecer responsabilidades aos adolescentes estudantes.	26.02.2019	APENSADO AO PL 1/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Câmara	PL 1697/2019	José Medeiros (PL/MT)	Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.	21.03.2019	APENSADO AO PL 247/2007			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Câmara	PL 4388/2020	Lucas Redecker (PSDB/RS)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para exigir certidão negativa criminal e judicial criminal dos proprietários e funcionários de estabelecimentos que acolham crianças e adolescentes.	28.08.2020	APENSADO AO PL 237/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Senado	PL 130/2019	Câmara Dos Deputados	Altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério.	20.10.2022	PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Alan Rick	CAE		Deliberação pelo Plenário
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Câmara	PL 3212/2015	Marcelo Crivella (REPUBLICANOS/RJ)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.	06.10.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Rosângela Reis	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Senado	PL 1665/2023	Magno Malta (PL/ES)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para vedar o acesso de crianças e adolescentes a exposições artísticas inadequadas.	05.04.2023	MATÉRIA COM A RELATORIA	Eduardo Girão	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Senado	PL 848/2019	Eduardo Girão (NOVO/CE)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto.	18.02.2019	MATÉRIA COM A RELATORIA	Leila Barros	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Saúde	Câmara	PL 8324/2014	Angela Portela (PT/RR)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.	19.12.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Dr. Zacharias Calil	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Saúde Mental	Câmara	PL 348/2011	Hugo Leal (PSD/RJ)	Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.	09.02.2011	APENSADO AO PL 5673/2009	Carmen Zanotto	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) População LGBTQIA+	Senado	PL 501/2023	Magno Malta (PL/ES)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar o crime de submissão de criança ou adolescente a intervenção cirúrgica ou a tratamento de transexualização.	14.02.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Randolfé Rodrigues	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Sistema Socioeducativo	Senado	PL 1481/2022	Alessandro Vieira (MDB/SE)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer que a medida socioeducativa de internação aplicável a adolescente autor de ato infracional contra a vida possa ter prazo máximo de doze anos, e especificar critérios de separação de internos por idade.	02.06.2022	AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS					Deliberação conclusiva pelas Comissões
---	--------	------------------------------	----------------------------	--	------------	-----------------------------------	--	--	--	--	--

EIXO: EDUCAÇÃO

Categories	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Código Penal Educação domiciliar	Câmara	PL 3262/2019	Chris Tonietto (PL/RJ)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual.	03.06.2019	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Greyce Elias	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação	Câmara	PL 1616/2011	Sueli Vidigal (PDT/ES)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.	15.06.2011	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CIDOSO)	Márcio Marinho	CIDOSO	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação	Câmara	PLP 235/2019	Flávio Ams	Institui o Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 23, parágrafo único, do art. 211 e do art. 214 da Constituição Federal.	17.03.2022	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação	Câmara	PL 10682/2018	Bacelar (PV/BA)	Revoga a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que implementou o conjunto de medidas conhecido como Reforma do Ensino Médio.	08.08.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Alice Portugal	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação	Câmara	PL 5071/2016	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	Declara Isaias Alves de Almeida Patrono da Psicologia Educacional no Brasil.	26.04.2016	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER	Eduardo Bismarck	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação	Câmara	PL 563/2020	Comissão De Seguridade Social E Família	Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, para estabelecer o Programa Nacional de Prevenção do Sofrimento Psíquico no Âmbito Escolar, e para promover a articulação das políticas públicas que têm acesso às famílias para a prevenção e detecção do sofrimento psíquico.	05.03.2020	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Diego Garcia	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação	Câmara	PL 604/2011	Manoel Junior (MDB/PB)	Dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado e dá outras providências.	24.02.2011	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Sâmia Bomfim	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação	Câmara	PL 7986/2014	Vitor Paulo (REPUBLICANOS/DF)	Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias	17.09.2014	APENSADO AO PL 1616/2011			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação	Câmara	PL 3385/2021	Alessandro Vieira	Institui a Política Educacional Emergencial (PEDE) para acolhimento, permanência nas escolas e aprendizagem dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio das redes públicas de educação básica.	10.03.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Tabata Amaral	CE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação	Câmara	PL 7420/2006	Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO)	Dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção.	09.08.2006	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Bacelar	PL742006	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação	Câmara	PL 974/2019	Flávia Morais (PDT/GO)	Dispõe sobre a exigência de apresentação de atestado de sanidade mental e certidões negativas de antecedentes criminais para o trabalho em creches ou instituições análogas.	20.02.2019	APENSADO AO PL 237/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação	Câmara	PL 1189/2019	Natália Bonavides (PT/RN)	Institui o programa "Educação Democrática".	27.02.2019	APENSADO AO PL 10997/2018			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação	Câmara	PL 502/2019	Talíria Petrone (PSOL/RJ)	Institui o programa "Escola Sem Mordada" em todo o território nacional.	06.02.2019	APENSADO AO PL 6005/2016			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação Povos Indígenas	Câmara	PL 1518/2011	Janete Rocha Pietá (PT/SP)	Dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados a educação indígena e quilombola.	07.06.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Talíria Petrone	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Saúde Mental	Câmara	PL 1596/2022	Ney Leprevost (UNIÃO/PR)	Cria o Programa Nacional de Promoção à Saúde Mental nas Escolas - PRONASAME.	10.06.2022	APENSADO AO PL 1215/2022			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Saúde Mental	Câmara	PL 1215/2022	Idilvan Alencar (PDT/CE)	Dispõe sobre a Estratégia para Saúde Mental nas Escolas (ESME)	11.05.2022	APENSADO AO PL 3383/2021			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação LDB	Câmara	PL 6755/2010	Flávio Ams	Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade.	05.02.2010	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Luízão Goulart	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação domiciliar Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) LDB	Senado	PL 1338/2022	Câmara Dos Deputados	Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica	23.05.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Professora Dorinha Seabra	CE		Deliberação pelo Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PL 5093/2020	André Figueiredo (PDT/CE)	Dispõe sobre o sistema educacional inclusivo. (Teor atualizado no registro da proposição.	04.11.2020	APENSADO AO PL 3035/2020			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 427/2020	Helder Salomão (PT/ES)	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	01.10.2020	CCP - AGUARDANDO DEFINIÇÃO ENCAMINHAMENTO	Fábio Trad	CPD	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 429/2020	Paulo Pimenta (PT/RS)	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	01.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 430/2020	Túlio Gadêlha (REDE/PE)	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 431/2020	Sâmia Bomfim (PSOL/SP)	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 433/2020	Felipe Rigoni (UNIÃO/ES)	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 434/2020	Alessandro Molon (PSB/RJ)	Susta o Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, da Presidência da República que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 435/2020	Perpétua Almeida (PCDOB/AC)	Susta os efeitos da aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 440/2020	Célio Studart (PSD/CE)	Susta a aplicação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que institui a "Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida".	05.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Educação Inclusiva	Câmara	PDL 445/2020	Natália Bonavides (PT/RN)	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	08.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Educação Inclusiva	Câmara	PL 3035/2020	Alexandre Frota (PROS/SP)	Institui a Política para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual e Deficiências Múltiplas.	01.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA (CPASF)	Dr. Zacharias Callil	CPASF	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação Inclusiva	Senado	PL 3803/2019	Major Olimpio (PSL/SP)	Institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual e Deficiências Múltiplas.	02.07.2019	MATÉRIA COM A RELATORIA	Zenaide Maia	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Ensino de Psicologia no Ensino Médio LDB	Câmara	PL 105/2007	Luiza Erundina (PSOL/SP)	Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	12.02.2007	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Glauber Braga	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Ensino de Psicologia no Ensino Médio LDB	Câmara	PL 3479/2020	Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO/MG)	Acrescenta dispositivos ao artigo 35-A, da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, de forma a incluir o estudo de psicologia aos currículos do ensino médio.	24.06.2020	APENSADO AO PL 105/2007			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
FUNDEB	Câmara	PL 3339/2021	Gastão Vieira (PROS/MA)	Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, e dá outras providências.	28.09.2021	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Prof. Reginaldo Veras	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
FUNDEB	Senado	PL 2751/2021	Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal.	09.08.2021	MATÉRIA COM A RELATORIA	Professora Dorinha Seabra	CE		Deliberação conclusiva pelas Comissões
FUNDEB	Câmara	PL 3086/2022	Tiago Mitraud (NOVO/MG)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de considerar os gastos com uniforme escolar, alimentação escolar, atendimento médico e psicológico e oferta de equipamentos necessários ou facilitadores da aprendizagem, como manutenção e desenvolvimento do ensino.	22.12.2022	APENSADO AO PL 1166/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
FUNDEB	Senado	PL 1311/2023	Teresa Leitão (PT/PE)	Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para dispor sobre a gestão democrática do ensino na distribuição de recursos do Fundo.	22.03.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação conclusiva pelas Comissões
LDB Psicopedagogia	Câmara	PL 282/2019	Rubens Otoni (PT/GO)	Altera e acrescenta dispositivos à Lei de diretrizes e bases da educação, instituída pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 para dispor sobre o atendimento psicopedagógico na educação básica.	04.02.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Idilvan Alencar	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Lei 13.935/2019	Senado	PL 2841/2023	Jorge Seif (PL/SC)	Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a destinação dos prêmios não reclamados da Loteria Federal para programa de tratamento dos profissionais da Educação em Psicologia Escolar para atuarem na prevenção da violência contra as comunidades escolares.	30.05.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação conclusiva pelas Comissões
LDB Lei 13.935/2019	Câmara	PL 1878/2019	José Medeiros (PL/MT)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.	28.03.2019	APENSADO AO PL 2527/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Lei 13.935/2019	Câmara	PL 140/2023	Rubens Otoni (PT/GO)	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, a atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.	02.02.2023	APENSADO AO PL 3426/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Lei 13.935/2019	Câmara	PL 3426/2019	José Ricardo (PT/AM)	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, a atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.	11.06.2019	APENSADO AO PL 2729/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Lei 13.935/2019	Câmara	PL 1545/2015	Carlos Henrique Gagum (UNIÃO/TO)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que os estabelecimentos de ensino notifiquem pai, mãe ou responsáveis legais acerca das faltas injustificadas dos educandos e sobre a obrigatoriedade de presença de psicólogos nas escolas públicas de educação básica.	14.05.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Maria Do Rosário	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Pessoa Com Deficiência	Câmara	PL 3129/2015	Clarissa Garotinho (UNIÃO/RJ)	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	24.09.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Socorro Neri	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Saúde na Escola	Câmara	PL 345/2023	Jonas Donizette (PSB/SP)	Acresce o inciso IX ao art. 70 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências	07.02.2023	APENSADO AO PL 1166/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Saúde Mental	Câmara	PL 542/2021	Senado Federal	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para instituir semana dedicada à saúde mental nos estabelecimentos de ensino de educação básica e superior e incluir o tema nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.	02.06.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Lêda Borges	CE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Trabalho docente	Câmara	PL 4533/2012	Arthur Virgílio	Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para exigir, nas Universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regime de trabalho em tempo integral.	11.10.2012	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA;			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
LDB Segurança nas Escolas	Câmara	PL 1645/2023	Alex Manente (CIDADANIA/SP)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), para criar o Programa de Prevenção à Violência nas Escolas e dispor sobre medidas de segurança para alunos e funcionários das instituições de ensino.	05.04.2023	APENSADO AO PL 1635/2023			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
LDB Segurança nas Escolas	Câmara	PL 1636/2023	Daniel Freitas (PL/SC)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	05.04.2023	APENSADO AO PL 2876/2022			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
LDB Segurança nas Escolas	Câmara	PL 1679/2023	Camila Jara (PT/MS)	Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1980 para criar e regulamentar uma Rede de Segurança nas escolas públicas e privadas em todo o território nacional.	05.04.2023	APENSADO AO PL 1645/2023			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
LDB Violência e Preconceitos na Escola	Câmara	PL 1785/2011	Gim Argello	Acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.	06.07.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Professor Victório Galli	CFT	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei 13.935/2019	Câmara	PL 3383/2021	Alessandro Vieira	Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.	17.02.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Camila Jara	CFT	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei 13.935/2019	Câmara	PL 8013/2014	Dr. Jorge Silva (SOLIDARIEDADE/ES)	Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.	14.10.2014	APENSADO AO PL 7986/2014			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Lei 13.935/2019	Câmara	PL 4537/2019	Marreca Filho (PATRIOTA/MA)	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas Escolas públicas de educação básica.	15.08.2019	APENSADO AO PL 2729/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei 13.935/2019	Câmara	PL 2527/2015	Marcelo Álvaro Antônio (PL/MG)	Institui a obrigatoriedade de atendimento psicológico nas escolas de educação básica, fundamental e ensino médio.	05.08.2015	APENSADO AO PL 8013/2014			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei 13.935/2019	Câmara	PL 2806/2019	Gustinho Ribeiro (REPUBLICANOS/SE)	Determina a presença de psicólogos em escolas de ensino fundamental da rede pública.	09.05.2019	APENSADO AO PL 1571/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei 13.935/2019	Câmara	PL 2478/2019	Julian Lemos (UNIÃO/PB)	Designa a obrigatoriedade de psicólogo educacional em todas as instituições de ensino no país.	23.04.2019	APENSADO AO PL 2354/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei 13.935/2019	Câmara	PL 1543/2015	Dr. Jorge Silva (SOLIDARIEDADE/ES)	Inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.	14.05.2015	APENSADO AO PL 8013/2014			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Segurança nas Escolas	Câmara	PL 1680/2023	Jonas Donizette (PSB/SP)	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de prevenção à Violência nas Escolas - PNPVE.	05.04.2023	APENSADO AO PL 1645/2023			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Segurança nas Escolas	Câmara	PL 1652/2023	Gilvan Da Federal (PL/ES)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de detector de metais e de vigilância armada nas instituições de ensino, públicas e privadas, das três etapas da educação: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.	05.04.2023	APENSADO AO PL 1465/2023			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Segurança nas Escolas	Câmara	PL 1638/2023	Marcelo Álvaro Antônio (PL/MG)	Dispõe sobre a prevenção de atentados em perímetro escolar e sobre a integração dos órgãos de segurança pública em prol da segurança escolar.	05.04.2023	APENSADO AO PL 2388/2021			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Segurança nas Escolas	Câmara	PL 237/2019	Ney Leprevost (UNIÃO/PR)	Dispõe sobre a exigência de atestado de antecedentes criminais para a admissão em estabelecimentos de ensino escolar regular e pré-escolas, públicos e privados, destinados ao atendimento de crianças, conforme específica	04.02.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Zucco	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Segurança nas Escolas	Senado	PL 2092/2023	Ivete Da Silveira (MDB/SC)	Cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.	24.04.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação conclusiva pelas Comissões
EIXO: EXERCÍCIO PROFISSIONAL										
Categories	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Alcool E Outras Drogas Delimitação do Exercício Profissional	Câmara	PL 2908/2015	Comissão De Legislação Participativa	Regulamenta o exercício da atividade de Conselheiro em Dependência Química.	04.09.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Pastor Sargento Isidório	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Constelação Familiar Delimitação do Exercício Profissional	Câmara	PL 4887/2020	Erika Kokay (PT/DF)	Regulamenta o exercício da profissão de Constelador Familiar Sistêmico ou Terapeuta Sistêmico.	09.10.2020	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Flávia Moraes	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Constelação Familiar Delimitação do Exercício Profissional	Senado	SUG 1/2022	Programa E-Cidadania	'Banimento da prática de Constelação Familiar das Instituições Públicas'.	23.02.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Eduardo Girão	CDH		
Delimitação do Exercício Profissional	Câmara	PL 2892/2022	David Soares (UNIÃO/SP)	Determina diretrizes para auxiliares de psicologia.	30.11.2022	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Jandira Feghali	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Delimitação do Exercício Profissional Terapia Naturista	Câmara	PL 6959/2010	Comissão De Legislação Participativa	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista.	11.03.2010	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Erika Kokay	CTRAB	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Delimitação do Exercício Profissional Terapia Naturista	Câmara	PL 3804/2012	Giovani Cherini (PL/RS)	Regulamenta a profissão de Naturólogo.	03.05.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Maurício Dziedricki	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Psicopedagogia	Senado	PL 1675/2023	Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.	10.04.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Damara Alves	CE		Deliberação conclusiva pelas Comissões
EIXO: FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA										
Categories	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Formação em Psicologia	Câmara	PL 504/2021	Alexandre Padilha (PT/SP)	Cria a Política Nacional de Residência em Área Profissional da Saúde.	19.02.2021	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Ana Pimentel	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Formação em Psicologia	Câmara	PL 1528/2022	Roberto De Lucena (REPUBLICANOS/SP)	Disciplina o estágio dos cursos de graduação em direito, psicologia, serviço social, computação e informática nas delegacias da Polícia Federal e das Polícias Civis.	07.06.2022	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Formação em Psicologia LDB	Câmara	PL 7841/2014	Roberto Requião	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.	31.07.2014	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Ismael Alexandrino	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Formação em Psicologia LDB	Câmara	PL 791/2011	Jovair Arantes (PTB/GO)	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	22.03.2011	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Erika Kokay	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Formação em Psicologia Sistema Único de Saúde (SUS)	Câmara	PL 2659/2015	Wadson Ribeiro (PCDOB/MG)	Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, para ampliar a possibilidade de abatimento de saldo devedor, mediante prestação de serviço no Sistema Único de Saúde, para egressos de cursos superiores de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional.	18.08.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Moses Rodrigues	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Formação em Psicologia Sistema Único de Saúde (SUS)	Senado	PL 518/2021	Jorge Kajuru (PSB/GO)	Institui o Programa de Incentivo ao Exercício Profissional de Recém-Formados de Graduação da Área da Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	22.02.2021	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação conclusiva pelas Comissões
EAD nos Cursos da Saúde	Câmara	PL 65/2003	Arlindo Chinaglia (PT/SP)	Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências.	18.02.2003	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Colbert Martins	CCJC	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
EAD nos Cursos da Saúde LDB	Câmara	PL 5414/2016	Rodrigo Pacheco (DEM/MG)	Altera o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	31.05.2016	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Orlando Silva	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
EAD nos Cursos da Saúde LDB	Câmara	PL 1171/2019	Dr. Zaziel (PL/CE)	Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	26.02.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Damião Feliciano	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
EAD nos Cursos da Saúde LDB	Câmara	PL 7015/2010	Wilson Picler	Acrescenta o inciso I ao § 2º do art. 80 da Lei de Diretrizes Bases da Educação, para tratar sobre diplomas de ensino a distância.	23.03.2010	APENSADO AO PL 4221/2004			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
EIXO: DIREITOS HUMANOS										
Categories	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação

Assistência Social Lei Maria da Penha Mulheres	Câmara	PL 1517/2022	Maria Do Rosário (PT/RS)	Acrescenta ao inciso II, do art. 9º, da Lei 11.340/2006 a garantia do auxílio por incapacidade temporária enquanto vigorar a necessidade de afastamento do local de trabalho para a vítima de Violência Doméstica com Medidas Protetivas de Urgência deferidas e acrescenta parágrafo ao art. 59 da Lei 8.213/91 para a concessão do benefício do auxílio-doença para mulheres vítimas de violência doméstica que necessitem de afastamento do trabalho em razão de Medidas Protetivas de Urgência deferidas.	07.06.2022	APENSADO AO PL 5678/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Assistência Social Mulheres	Câmara	PEC 246/2016	Marta Suplicy	Altera o art. 203 da Constituição Federal para incluir o amparo à mulher vítima de violência entre os objetivos da assistência social.	16.06.2016	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Soraya Santos	CCJC	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
CLT Igualdade Racial Mulheres	Câmara	PL 852/2021	Jéssica Sales (MDB/AC)	Dispõe sobre o acréscimo, na Consolidação das Leis, de mecânicos legais para o combate à discriminação salarial por sexo ou raça, e dá outras providências.	11.03.2021	APENSADO AO PL 1230/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Civil População LGBTQIA+	Câmara	PL 580/2007	Clodovil Hermendes	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.	27.03.2007	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA (CPASF)	Pastor Eurico	CPASF	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Código Civil População LGBTQIA+	Câmara	PL 4914/2009	José Genoíno (PT/SP)	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.	25.03.2009	APENSADO AO PL 580/2007			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Código Civil População LGBTQIA+	Câmara	PL 5167/2009	Capitão Assunção (PSB/ES)	Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	05.05.2009	APENSADO AO PL 580/2007			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Código Penal População LGBTQIA+	Câmara	PL 1795/2022	David Miranda (PDT/RJ)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de Prescrição de terapia de reversão de orientação sexual.	28.06.2022	APENSADO AO PL 737/2022			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Militar Mulheres	Câmara	PL 778/2022	Renata Abreu (PODE/SP)	Acrescenta artigos ao Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para tipificar o crime de assédio sexual, perseguição (stalking) e de violência psicológica contra a mulher.	30.03.2022	APENSADO AO PL 582/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Militar População LGBTQIA+	Câmara	PL 6871/2006	Laura Carneiro (PSD/RJ)	Altera a redação do art. 235 do Código Penal Militar, excluindo do nome jurídico o termo "pederastia" e do texto a expressão "homossexual ou não" e acrescentando parágrafo único, para excepcionar a incidência.	05.04.2006	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Direitos Humanos	Câmara	PL 313/2007	Maurício Trindade (PROS/BA)	Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.	06.03.2007	APENSADO AO PL 3897/2021 (Nº ANTERIOR: PLS 107/2018)	Diego Garcia	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Direitos Humanos	Câmara	PL 5941/2013	Anderson Ferreira (PL/PE)	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem indumento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.	10.07.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CASP)	Lucas Gonzalez	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Direitos Humanos	Câmara	PL 1386/2022	Luciano Ducci (PSB/PR)	Altera a Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para dispor sobre responsabilidade civil.	27.05.2022	APENSADO AO PL 1385/2022			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Direitos Humanos	Câmara	PEC 66/2003	Maria Do Rosário (PT/RS)	Dá nova redação aos arts. 3º e 7º da Constituição Federal.	27.05.2003	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Nelson Pellegrino	CCJC	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Direitos Humanos LDB	Câmara	PL 2180/2014	Erivelton Santana (PATRIOTA/BA)	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	24.02.2014	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Flavinho	PL178014	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Educação População LGBTQIA+	Câmara	PDC 16/2015	Pr. Marco Feliciano (PL/SP)	Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.	17.03.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL (CDHMIR)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Igualdade Racial	Câmara	PEC 115/2015	Vicentinho (PT/SP)	Altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o art. 227-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.	19.08.2015	APENSADA À PEC 295/2008			Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Igualdade Racial Mulheres	Senado	PL 4403/2020	Fabiano Conataro (PT/ES)	Determina que a União inclua pessoas negras e mulheres em seus anúncios e campanhas publicitárias.	31.08.2020	MATÉRIA COM A RELATORIA	Paulo Paim	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Lei Maria da Penha Lei Orgânica da Assistência Social Mulheres	Câmara	PL 8330/2015	Humberto Costa	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22º.	09.01.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Margarete Coelho	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei Maria da Penha Mulheres	Câmara	PL 4147/2021	Wellington Fagundes (PL/MT)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre programas de atendimento ao homem para prevenção da violência contra a mulher.	17.03.2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Laura Carneiro	CMULHER	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei Maria da Penha Mulheres	Câmara	PL 2737/2019	André Ferreira (PL/PE)	Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência.	08.05.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Tabata Amaral	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei Maria da Penha Mulheres	Câmara	PL 1604/2022	Simone Tebet	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei.	03.01.2023	TRANSFORMADA NA LEI ORDINÁRIA 14550/2023	Jandira Feghali	PLEN	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei Maria da Penha Mulheres	Câmara	PL 42/2015	Sergio Vidal (PDT/ES)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.	02.02.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Margarete Coelho	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei Maria da Penha Mulheres	Câmara	PL 10876/2018	Lincoln Portela (PL/MG)	Acrescenta dispositivo na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	16.10.2018	APENSADO AO PL 6998/2017			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei Maria da Penha Mulheres	Câmara	PL 2490/2014	Fábio Trad (PSD/MS)	Tipifica a violência psicológica.	06.05.2014	APENSADO AO PL 6622/2013			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei Maria da Penha Mulheres Sistema de Justiça	Câmara	PL 10024/2018	Maria Do Carmo Alves	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso de dispositivo móvel de segurança para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência.	11.04.2018	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Shéridan	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei Maria da Penha Mulheres População LGBTQIA+	Câmara	PL 8032/2014	Jandira Feghali (PCDOB/RJ)	Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - às pessoas transexuais e transgêneros.	28.10.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL (CDHMIR)	Márcio Jerry	CDHMIR	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Mulheres	Câmara	PL 6022/2013	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	06.08.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Ana Pimentel	CMULHER	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Mulheres	Câmara	PL 4251/2021	Bosco Costa (PL/SE)	Institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER).	01.12.2021	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA; PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO	Vivi Reis	PLEN	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Mulheres	Câmara	PL 331/2023	Maria Rosas (REPUBLICANOS/SP)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir o programa de teleorientação em questões de gênero direcionada à população masculina.	07.02.2023	RETIRADO PELO AUTOR					
Mulheres	Câmara	PL 3180/2020	Alexandre Frota (PROS/SP)	"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO OBRIGATORIA DE ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	08.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Flávia Morais	CMULHER	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Mulheres	Câmara	PL 4866/2019	Bosco Costa (PL/SE)	Dispõe sobre a proteção e apoio psicológico à mulher atleta vítima de violência física ou sexual.	04.09.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Delegada Ione	CMULHER	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Mulheres	Senado	PEC 9/2019	Veneziano Vital Do Rêgo (MDB/PB)	Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal.	20.02.2019	MATÉRIA COM A RELATORIA	Augusta Brito	CCJ		Deliberação pelo Plenário	
Mulheres	Câmara	PL 1184/2003	Lucio Alcantara	Dispõe sobre a Reprodução Assistida.	03.06.2003	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	Diego Garcia	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres	Câmara	PL 478/2007	Luiz Bassuma (PV/BA)	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	19.03.2007	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	Emanuel Pinheiro Neto	CMULHER	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres	Senado	PL 1729/2019	Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para vedar a nomeação, para cargo ou emprego público, de condenados por crime de violência contra a mulher.	26.03.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Juiza Selma	CCJ		Deliberação conclusiva pelas Comissões	
Mulheres	Câmara	PL 2960/2022	Erika Kokay (PT/DF)	Dispõe sobre o amparo à gestante e ao nascituro.	13.12.2022	APENSADO AO PL 478/2007			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres	Câmara	PEC 181/2015	Aécio Neves (PSDB/MG)	Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.	16.12.2015	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Jorge Tadeu Mudalen	PEC18115	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres	Câmara	PL P 40/2015	Brunny (PL/MG)	Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar ineligiáveis os condenados por crimes contra a mulher e por crimes hediondos.	25.03.2015	APENSADO AO PLP 367/2017	Maria Do Rosário	CMULHER	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres	Câmara	PL 788/2019	Flordelis (PSD/RJ)	Dispõe sobre a proteção ao nascituro.	13.02.2019	APENSADO AO PL 8116/2014			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres	Câmara	PL 11105/2018	Eros Biondini (PL/MG)	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	04.12.2018	APENSADO AO PL 478/2007			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres Porte de Armas	Câmara	PL 2126/2022	Eduardo Bolsonaro (PL/SP)	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres sob medida protetiva decretada por ordem judicial ou sob qualquer ação ou omissão baseada no sexo que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.	02.08.2022	APENSADO AO PL 2747/2021			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Mulheres Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 1640/2022	Geovania De Sá (PSDB/SC)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para dispor sobre direitos das mulheres que tenham sofrido perda gestacional	14.06.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Lêda Borges	CMULHER	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Mulheres Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 715/2019	Marília Arraes (SOLIDARIEDADE/PE)	Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética.	13.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Tia Eron	CFT	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Mulheres Saúde	Câmara	PL 882/2015	Jean Wyllys (PSOL/RJ)	Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências.	24.03.2015	APENSADO AO PL 313/2007			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres Saúde Mental	Câmara	PL 4947/2020	Rejane Dias (PT/PI)	Institui a Semana da Consciência Mental Materna.	16.10.2020	APENSADO AO PL 4432/2020			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres CLT	Câmara	PL 1085/2023	Poder Executivo	Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	13.03.2023	TRANSFORMADA NA LEI ORDINÁRIA 14611/2023	Jack Rocha	PLEN	Urgência (Art. 64, CF)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres População LGBTQIA+	Câmara	PL 2633/2014	Jean Wyllys (PSOL/RJ)	Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.	29.05.2014	APENSADO AO PL 6567/2013	Lelo Coimbra	CE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Mulheres População LGBTQIA+	Senado	PL 860/2019	Alessandro Vieira (MDB/SE)	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero.	19.02.2019	MATÉRIA COM A RELATORIA	Professora Dorinha Seabra	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões	
Mulheres População LGBTQIA+	Câmara	PL 2693/2019	Lafayette De Andrada (REPUBLICANOS/MG)	Institui a Política Nacional de Atendimento à Gestante.	08.05.2019	APENSADO AO PL 7633/2014			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Mulheres Obrigatoriedade de Assistência Psicológica	Câmara	PL 2808/2019	Edna Henrique (REPUBLICANOS/PB)	Impõe aos órgãos e entidades da administração pública a obrigação de assegurar assistência psicológica de caráter sigiloso a mulheres vítimas de assédio no ambiente profissional em razão do gênero a que pertencem, e dá outras providências.	09.05.2019	APENSADO AO PL 6764/2013			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Mulheres Participação Social	Câmara	PL 2084/2019	Soraya Santos (PL/RJ)	Torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de mulheres na composição de entidades de representação civil.	04.04.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE	Flávia Morais	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Pessoa Com Deficiência	Senado	PL 2370/2022	Mecias De Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Altera a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre a pessoa com deficiência mental internada ou em observação em hospitais públicos ou particulares e dá outras providências.	30.08.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Marcelo Castro	CAS		Deliberação conclusiva pelas Comissões	
Pessoa Com Deficiência	Câmara	PL 1385/2022	Luciano Ducci (PSB/PR)	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre responsabilidade civil."	27.05.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM	Guilherme Uchoa	CPD	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	
Pessoa Com Deficiência	Câmara	PL 33/2022	Mecias De Jesus	Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência mental, intelectual ou sensorial de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão de apoio emocional.	01.06.2022	APENSADO AO PL 10286/2018			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Pessoa Com Deficiência	Senado	PL 2709/2019	Romário (PL/RJ)	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.	08.05.2019	AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Paulo Paim	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões	
Pessoa Com Deficiência	Câmara	PL 1074/2019	José Medeiros (PL/MT)	Altera as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para determinar igualdade de direitos entre os portadores de doença grave e as pessoas com deficiência.	22.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT); AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NO PLENÁRIO (PLEN)	Celina Leão	CSAUDE	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	
Pessoa Com Deficiência TEA	Câmara	PL 570/2023	Dayany Do Capitão	Permite a concessão de horário especial, sem a necessidade de compensação de horário, aos servidores públicos com deficiência, incluindo os estaduais e os municipais, ou aos servidores que sejam cônjuge, pais ou responsáveis por pessoa com deficiência, incluindo as pessoas com transtorno do espectro autista.	15.02.2023	DIVERSAS					
Pessoa Com Deficiência Saúde Suplementar	Câmara	PL 1038/2022	Flávia Morais (PDT/GO)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a assistência às crianças com deficiência.	27.04.2022	APENSADO AO PL 105/2022			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	

Pessoa Com Deficiência Saúde Suplementar	Câmara	PL 105/2022	João Daniel (PT/SE)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre o atendimento prestado pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde às pessoas com deficiência e às pessoas com doenças raras.	02.02.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)	Dr. Francisco	CPD	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Pessoa Com Deficiência Saúde Suplementar TEA	Câmara	PL 852/2022	Rejane Dias (PT/PI)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para obrigar a cobertura de consultas ou sessões, em número ilimitado, com fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos, para o tratamento dos beneficiários com paralisia cerebral, Transtorno do Espectro Autista, deficiência física, intelectual, mental e com altas habilidades/superdotação.	06.04.2022	APENSADO AO PL 2003/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Pessoa Com Deficiência TEA	Câmara	PL 1600/2023	Bruno Farias (AVANTE/MG)	Altera o artigo 88 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 para aumentar a pena em 1/3 de crime praticado contra vítima portadora de transtorno do espectro autista (TEA).	03.04.2023	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)	Delegada Katarina	CPD	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População Em Situação de Rua	Senado	PL 1577/2020	Fabiano Conatarato (PT/ES)	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.	06.04.2020	MATÉRIA COM A RELATORIA	Paulo Paim	CAE		Deliberação conclusiva pelas Comissões
População LGBTQIA+	Câmara	PL 4241/2012	Erika Kokay (PT/DF)	Dispõe sobre o direito à identidade de gênero.	01.08.2012	APENSADO AO PL 5872/2005			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 737/2022	Bacelar (PV/BA)	anuncia ou promove terapia de conversão, obtém, direta ou indiretamente, vantagem material oriunda de terapia de conversão.	29.03.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Marcelo Crivella	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 5872/2005	Elimar Máximo Damasceno (PL/SP)	Proíbe a mudança de prenome em casos de transexualismo.	09.09.2005	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 2976/2008	Cida Diogo (PT/RJ)	Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social	11.03.2008	APENSADO AO PL 5872/2005			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 2927/2019	Márcio Jerry (PCDOB/MA)	Assegura às pessoas que mantenham união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.	16.05.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL (CDHMIR)	Carlos Veras	CDHMIR	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
População LGBTQIA+	Câmara	PL 2777/2019	Taliria Petrone (PSOL/RJ)	Estabelece a necessidade de coleta, processamento de dados e formação de estatísticas sobre a população LGBT nos serviços de saúde, assistência social e segurança pública.	09.05.2019	APENSADO AO PL 2653/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 287/2003	Laura Carneiro (PSD/RJ)	Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual.	11.03.2003	APENSADO AO PL 2353/2021	José Eduardo Cardozo	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 40/2015	Sergio Vidigal (PDT/ES)	Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.	02.02.2015	APENSADO AO PL 287/2003			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 3213/2021	Erika Kokay (PT/DF)	Dispõe sobre o direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa, e dá outras providências.	20.09.2021	APENSADO AO PL 4241/2012			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 2653/2019	David Miranda (PDT/RJ)	Dispõe sobre a proteção de pessoas em situação de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características biológicas ou sexuais.	07.05.2019	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PDC 30/2015	Eros Biondini (PL/MG)	Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais - CNCD/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transsexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."	26.03.2015	APENSADO AO PDC 16/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PDC 26/2015	Ezequiel Teixeira (PODE/RJ)	Susta a aplicação 12 de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais e dá outras providências	25.03.2015	APENSADO AO PDC 16/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PDC 18/2015	Jair Bolsonaro (PSL/RJ)	Ficam sustados os efeitos do inteiro teor das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, ambas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2015.	17.03.2015	APENSADO AO PDC 17/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+	Câmara	PL 6583/2013	Anderson Ferreira (PL/PE)	Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.	16.10.2013	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (MESA); COMISSÃO EM FUNCIONAMENTO	Diego Garcia	PL658313	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
População LGBTQIA+	Câmara	PL 81/2007	Fátima Bezerra (PT/RN)	Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.	08.02.2007	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (MESA)	Paulo Teixeira	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
População LGBTQIA+ Sistema Conselhos de Psicologia	Câmara	PL 1239/2019	Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA)	Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições de Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valorização da IDEOLOGIA DE GÊNERO.	27.02.2019	APENSADO AO PL 5941/2013			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
População LGBTQIA+ Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 2414/2022	Alexandre Frota (PROS/SP)	O Ministério da Saúde através do Sistema Único de Saúde fica obrigado a criar um programa de apoio psicológico, às mães e pais de pessoas transgêneros, transsexuais e travestis.	05.09.2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL (CDHMIR)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
População LGBTQIA+ Segurança Pública	Câmara	PDC 17/2015	Pr. Marco Feliciano (PL/SP)	Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.	17.03.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL (CDHMIR)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
População LGBTQIA+ Regulamentação da Profissão	Câmara	PL 2587/2019	Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA)	Altera a Lei nº 4.119, de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo para permitir o atendimento a casos de problemas de ajustamento e transtornos psicológicos, inclusive os relacionados a identidade de gênero e à orientação sexual.	29.04.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)	Tiago Mitraud	CTRAB	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Povos Indígenas	Senado	PL 2903/2023	Câmara Dos Deputados	Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.	01.06.2023	MATÉRIA COM A RELATORIA	Soraya Thronicke	CRA		Deliberação pelo Plenário
Povos Indígenas	Câmara	PL 490/2007	Homero Pereira (PSD/MT)	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.	20.03.2007	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Arthur Oliveira Maia	PLEN	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Povos Indígenas	Câmara	PDC 1041/2018	Sergio Souza (MDB/PR)	Susta o despacho nº 2 datado de setembro de 2018 da FUNAI, publicado no DOU de 15/10/2018, seção 1, que reconhece os estudos de identificação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guará, localizada nos municípios de Altônia, Guaiara e Terra Roxa no Estado do Paraná.	16.10.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)	Pedro Lupion	CAPADR	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Sistema Único de Saúde (Sus) TEA	Câmara	PL 3630/2021	Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS).	15.10.2021	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Josenildo	PLEN	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Sistema Único de Saúde (Sus) TEA	Câmara	PL 1502/2021	David Soares (UNIÃO/SP)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	22.04.2021	APENSADO AO PL 9997/2018			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Único de Saúde (Sus) TEA	Câmara	PL 886/2022	Alexandre Frota (PROS/SP)	Autoriza o Poder Executivo a adotar também o método ABA, dentre outros, para o tratamento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública do Sistema Único de Saúde.	11.04.2022	APENSADO AO PL 4657/2020			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Único de Saúde (Sus) TEA	Câmara	PL 4657/2020	José Nelto (PP/GO)	Determina o custeio pelo Sistema Único de Saúde – SUS, da integralidade do tratamento de todas as especialidades terapêuticas às pessoas com transtorno do espectro autista.	21.09.2020	APENSADO AO PL 2003/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Único de Saúde (Sus) TEA	Câmara	PL 473/2023	Marx Beltrão (PP/AL)	Autoriza o Poder Executivo a adotar também o método ABA, dentre outros, para o tratamento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública do Sistema Único de Saúde.	13.02.2023	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM	Zé Haroldo Cathedral	CPD	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Câmara	PL 1620/2023	Mersinho Lucena (PP/PB)	Altera o art. 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incrementar as medidas de proteção e apoio inseridas no âmbito da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	05.04.2023	APENSADO AO PL 5093/2020			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Senado	PL 2449/2022	Jader Barbalho (MDB/PA)	Decreta a troca dos sinais sonoros nas instituições de ensino públicas e privadas e estabelece o "Horário do Silêncio" nos estabelecimentos comerciais, em benefício das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	12.09.2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Renan Calheiros	CDH		Deliberação conclusiva pelas Comissões
TEA	Câmara	PL 3080/2020	Alexandre Frota (PROS/SP)	"Institui a política pública nacional para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autismo, e dá outras providências."	02.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Diego Garcia	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Câmara	PL 507/2023	Yandra Moura (UNIÃO/SE)	Acrescenta o § 4º, ao Art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre prazo de validade indeterminado do laudo médico pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista e o § 3º, no Art. 2º da Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a validade indeterminada para laudo médico pericial que ateste deficiência de caráter permanente não transitória e dá outras providências.	14.02.2023	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Amália Barros	PLEN	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
TEA	Câmara	PL 333/2023	Maria Rosas (REPUBLICANOS/SP)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para prever a prioridade de atendimento psicossocial às mães que se dedicam integralmente ao cuidado de filhos com transtorno do espectro autista.	07.02.2023	APENSADO AO PL 1672/2022			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
TEA	Câmara	PL 2458/2023	Marco Bertaiolli (PSD/SP)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incluir na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista o atendimento da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista em centro de atenção especializado denominado Clínica-Escola.	10.05.2023	ARQUIVADA			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
TEA	Câmara	PL 2469/2023	Silve Alves (UNIÃO/GO)	Institui o Programa Casa do Autista.	10.05.2023	ARQUIVADA			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
TEA	Câmara	PL 540/2023	Neto Carletto (PP/BA)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre os direitos e garantias da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	15.02.2023	APENSADO AO PL 2907/2021			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Câmara	PL 542/2023	Maurício Carvalho (UNIÃO/RO)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a validade de documentos médicos para pessoas com Transtorno do Espectro Autista.	15.02.2023	APENSADO AO PL 26/2022			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
TEA	Câmara	PL 590/2023	Deltan Dallagnol (PODE/PR)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para determinar que o laudo médico pericial que ateste o Transtorno do Espectro Autista deverá ter prazo de validade indeterminado.	16.02.2023	APENSADO AO PL 26/2022			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
TEA	Câmara	PL 527/2023	Augusto Pupio	Altera o artigo 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para estabelecer prazo máximo para realização de diagnóstico, mesmo que não definitivo, das pessoas com transtorno do espectro autista e dá outras providências.	15.02.2023	APENSADO AO PL 1669/2022			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Câmara	PL 1462/2022	Glaustin Da Fokus (PSC/GO)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incluir nos currículos dos cursos superiores de Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia conteúdos referentes ao Transtorno do Espectro Autista.	01.06.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)	Alexandre Leite	CPD	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Câmara	PL 1874/2015	Victor Mendes (MDB/MA)	Altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	11.06.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Sâmia Bomfim	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Câmara	PL 9997/2018	Mário Heringer (PDT/MG)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que "Institui a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", e dá outras providências.	11.04.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Diego Garcia	CE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Câmara	PL 452/2023	Amanda Gentil (PP/MA)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a informação ao público a respeito do Transtorno do Espectro Autista.	10.02.2023	APENSADO AO PL 5104/2020			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Câmara	PL 1321/2022	Pompeo De Mattos (PDT/RS)	Estabelece critérios para utilização da terapia baseada na Análise de Comportamento Aplicada (ABA) por profissionais da saúde e educação.	20.05.2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
TEA	Senado	PL 1354/2019	Câmara Dos Deputados	Impõe prioridade na tramitação processual em que figure como parte ou interveniente a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	08.04.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Eduardo Girão	CDH		Deliberação pelo Plenário

EIXO: SAÚDE MENTAL

Categorias	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Alcool e Outras Drogas Saúde Mental	Senado	PL 2157/2019	Styvenson Valentim (PODE/RN)	Institui a Política Nacional de Prevenção ao Uso de Alcool, Tabaco e outras Drogas nas Escolas.	09.04.2019	MATÉRIA COM A RELATORIA	Zenaide Maia	CCJ		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Alcool e Outras Drogas RAPS	Câmara	PL 5857/2009	Sueli Vidigal (PDT/ES)	Autoriza o Poder Executivo Federal, em articulação com os municípios sedes das regiões administrativas, a criar clínicas públicas para dependentes químicos de álcool e drogas.	25.08.2009	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA (CPASF)	Pastor Sargento Isidório	CPASF	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Álcool e Outras Drogas Saúde Mental Sistema Prisional	Câmara	PL 3611/2020	Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)	Dispõe sobre a Política Nacional de Recuperação de Dependentes de Substâncias Químicas no Sistema Prisional.	02.07.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Pastor Sargento Isidório	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Álcool e Outras Drogas Código Penal	Câmara	PL 4941/2009	Eduardo Da Fonte (PP/PE)	Estabelece pena aos usuários de drogas.	26.03.2009	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)	Cabo Gilberto Silva	CSPCCO	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Álcool e Outras Drogas Comunidades Terapêuticas Sistema Único de Saúde (SUS)	Câmara	PL 6327/2019	Comissão de Legislação Participativa	Autoriza o sistema único de saúde a estabelecer convênios com entidades que atuam no tratamento de pessoas com dependência química.	09.12.2019	APENSADO AO PL 5857/2009			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Álcool e Outras Drogas Internação Compulsória	Câmara	PL 2939/2022	Ney Leprevost (UNIÃO/PR)	Altera a Lei Federal nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, para regulamentar as condições de internamento involuntário aos usuários ou dependentes de drogas ilícitas ou álcool, para a proteção dos direitos fundamentais e materiais do paciente.	07.12.2022	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Diego Garcia	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Comunidades Terapêuticas	Câmara	PL 3272/2021	Mara Rocha (MDB/AC)	Isenta as Comunidades Terapêuticas, que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, da cobrança de taxas e encargos na obtenção de licenças e demais documentos necessários ao seu funcionamento.	22.09.2021	APENSADO AO PL 2083/2019			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Comunidades Terapêuticas	Câmara	PDL 111/2022	Erika Kokay (PT/DF)	Susta os efeitos do Edital de Chamamento Público nº 03/2022, do Ministério da Cidadania, visando à seleção de organização da sociedade civil que preste atendimento como hospital psiquiátrico, nas modalidades de internação, e/ou hospital-dia, e/ou ambulatório e/ou pronto atendimento, interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projetos de cuidado, tratamento e/ou reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, em ambiente hospitalar.	28.04.2022	DEVOLVIDA AO AUTOR				
Lei 10.216/2001	Câmara	PL 4309/2012	Eduardo Amorim (PSC/SE)	Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.	10.08.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE CIDADANIA (CCJC)	Silvia Cristina	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei 10.216/2001 Luta Antimanicomial	Câmara	PDL 153/2023	Chris Tonietto (PL/RJ)	Susta os efeitos da Resolução n. 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, que "institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança".	16.05.2023	APENSADO AO PDL 81/2023			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Luta Antimanicomial	Câmara	PDL 81/2023	Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)	Susta a aplicação da Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.	21.03.2023	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Felipe Franciscini	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Luta Antimanicomial	Câmara	PDL 66/2022	Alexandre Padilha (PT/SP)	Susta a Portaria do Ministério da Saúde nº 596, de 22 de março de 2022, que revoga a Seção XII do Capítulo III do Título VIII, art. 1049 até art. 1062, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, e a Seção II do Capítulo III, art. 64 até art. 74, e os anexos XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017.	23.03.2022	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Jorge Solla	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Luta Antimanicomial	Câmara	PDL 154/2023	Alex Manente (CIDADANIA/SP)	Susta os artigos 13 a 18 da Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.	16.05.2023	APENSADO AO PDL 81/2023			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Luta Antimanicomial	Câmara	PDL 131/2023	Ismael (PSD/SC)	Susta a aplicação da Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.	18.04.2023	APENSADO AO PDL 81/2023			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Luta Antimanicomial	Senado	PDL 152/2023	Styvenson Valentim (PODE/RN)	Susta a aplicação da Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.	16.05.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação pelo Plenário
Luta Antimanicomial	Senado	PDL 185/2020	Alessandro Vieira (MDB/SE)	Susta parcialmente os efeitos da Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 17 de março de 2020, com relação aos arts. 2º, 3º, 4º e 5º, que enunciam recomendações ao Poder Judiciário acerca de medidas preventivas à expansão do Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	30.04.2020	PREJUDICADA				
Luta Antimanicomial PNAISP Sistema Prisional	Câmara	PDL 249/2020	Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Susta os efeitos da Portaria 1325, de 18 de maio de 2020, que revoga o capítulo III do anexo XVIII da Portaria de Consolidação no. 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito da PNAISP.	03.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Diego Garcia	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Pandemia de Covid-19 Saúde Mental	Câmara	PL 2163/2020	David Miranda (PDT/RJ)	Modifica a Lei Nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, para determinar aos meios de comunicação a divulgação do serviço "líquido 188", destinado ao atendimento gratuito e sigiloso de pessoas em sofrimento psíquico, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	24.04.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO (CCOM)	Vitor Lippi	CCOM	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
RAPS	Câmara	PL 2804/2023	Paulinho Freire (UNIÃO/RN)	Altera a Lei nº 10.216, de 2001, para disciplinar o cuidado da ansiedade e da depressão na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde.	25.05.2023	APENSADO AO PL 4183/2012			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
RAPS	Câmara	PL 861/2022	Francisco Jr. (PSD/GO)	Dispõe sobre a avaliação e tratamento psicológico de puérperas pelos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, pertencentes ao Sistema Único de Saúde - SUS.	06.04.2022	APENSADO AO PL 1704/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
RAPS	Câmara	PDC 912/2018	Erika Kokay (PT/DF)	Susta a Resolução N° 32, de 14 de Dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite, do Ministério da Saúde, que "Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)".	17.04.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Dr. Zacharias Calli	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Saúde Mental	Câmara	PL 2902/2022	Francisco Jr. (PSD/GO)	Dispõe sobre a instituição da "Semana Nacional em Defesa da Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública".	01.12.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Flávia Morais	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Saúde Mental	Câmara	PL 8632/2017	Garibaldi Alves Filho	Dispõe sobre a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida.	20.09.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Pompeo De Mattos	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Saúde Mental	Câmara	PL 4592/2016	Paulo Davim	Institui o Dia de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado, nacionalmente, no dia 12 de abril de cada ano.	02.03.2016	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Erika Kokay	CDHMIR	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
RAPS TEA	Câmara	PL 2590/2023	Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)	Dispõe sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos de longa permanência para pessoas com Transtorno do Espectro Autista.	16.05.2023	APENSADO AO PL 1380/2022			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

EIXO: SAÚDE

Categorias	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
------------	------	---------------	---------	--------	--------------	----------	------------------	-----------------	----------------------	---------------------

Ato Médico	Câmara	PL 6126/2013	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.	20.08.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE	Hiran Gonçalves	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Equipes de Saúde	Câmara	PL 1597/2022	Ney Leprevost (UNIÃO/PR)	Dispõe sobre as condições adequadas de convivência e repouso ofertadas aos profissionais de saúde, conforme específica.	10.06.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Dr. Frederico	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Equipes de Saúde	Câmara	PL 818/2015	Major Olimpio (PSL/SP)	Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia nas unidades hospitalares e dá outras providências.	18.03.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Pedro Westphalen	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Equipes de Saúde Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 1111/2019	Célio Studart (PSD/CE)	Determina a inclusão obrigatória de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais nas equipes da Estratégia Saúde da Família.	25.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Eduardo Braide	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Equipes de Saúde Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 2550/2019	André Ferreira (PL/PE)	Determina que as equipes de Saúde da Família tenham em sua composição pelo menos um fisioterapeuta e um psicólogo	25.04.2019	APENSADO AO PL 1111/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Equipes de Saúde Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 4725/2019	Célio Studart (PSD/CE)	Torna obrigatória a presença de psicólogos nas unidades de saúde de atendimento de urgência e emergência	27.08.2019	APENSADO AO PL 818/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Equipes de Saúde Pandemia de Covid-19	Câmara	PL 1759/2020	Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Dispõe sobre a criação do Plano Emergencial de Reversão Produtiva (PERP) para assegurar a reorganização do setor produtivo e econômico com o objetivo de gerar insumos essenciais que visem a proteção das equipes de saúde e da população frente a pandemia de COVID-19; institui o Fundo Emergencial de Reversão Produtiva e dá outras providências.	09.04.2020	APENSADO AO PL 1285/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Equipes de Saúde Pandemia de Covid-19	Câmara	PL 2955/2020	Bira Do Pindaré (PSB/MA)	Acrescenta o § 8º-A ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir a disponibilização serviços de atenção psicossociais aos profissionais de saúde envolvidos nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.	28.05.2020	APENSADO AO PL 2375/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Equipes de Saúde Saúde Suplementar Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 9419/2017	Mariana Carvalho (REPUBLICANOS/RO)	Obriga a atuação do profissional de psicologia nos hospitais públicos e particulares.	19.12.2017	APENSADO AO PL 818/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Ética em Pesquisa Saúde	Câmara	PL 7082/2017	Ana Amélia	Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos.	13.03.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLÊNARIO (PLEN)	Aureo Ribeiro	CCJC	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Obrigatoriedade de Assistência Psicológica	Câmara	PL 7574/2006	Enio Bacci (PDT/RS)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.	22.11.2006	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Zezéu Ribeiro	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Obrigatoriedade de Assistência Psicológica Psicologia do Esporte	Câmara	PL 7683/2017	Marcelo Crivella (REPUBLICANOS/RJ)	Altera o art. 34 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto", para incluir entre os deveres da entidade de prática desportiva empregadora o de garantir assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.	19.05.2017	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Celina Leão	CESPO	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Obrigatoriedade de Assistência Psicológica Saúde	Câmara	PL 10105/2018	Maria Do Carmo Alves	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatória a oferta de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.	25.04.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Dr. Zacharias Calil	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Pandemia de Covid-19 Sistema Único de Saúde (Sus)	Senado	PL 1518/2020	Izalci Lucas (PSDB/DF)	Dispõe sobre o uso do teleatendimento em atividades da área de saúde pública durante a crise causada pela epidemia de Covid-19.	06.04.2020	PREJUDICADA				
Pandemia de Covid-19 Sistema Único de Saúde (Sus)	Senado	PL 2288/2020	Mara Gabrilli (PSD/SP)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatória a elaboração de planos emergenciais de proteção dos segmentos mais vulneráveis da população e proibir a adoção de regras que permitam preterir, em relação aos outros pacientes, as pessoas desses segmentos vulneráveis.	29.04.2020	PREJUDICADA				
Pandemia de Covid-19 Sistema Único de Saúde (Sus)	Senado	PL 917/2023	Zenaide Maia (PSD/RN)	Estabelece as obrigações do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento dos pacientes com síndrome pós-covid-19, e altera a Lei nº 14.305, de 23 de fevereiro de 2022, que cria o Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19, para definir o prazo de duração do programa.	07.03.2023	MATÉRIA COM A RELATORIA	Jussara Lima	CAS		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Psicoterapia	Câmara	PL 2386/2023	Henderson Pinto (MDB/PA)	Esta lei determina que os cuidados com a saúde mental das pessoas só poderão ser exercidos por profissional com curso superior nas áreas de psicologia e psiquiatria e dá outras providências.	08.05.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Psicoterapia	Câmara	PL 1584/2023	José Nelto (PP/GO)	Cria-se o Centro Público Brasileiro de Psicologia, Psiquiatria e Terapia.	03.04.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Psicoterapia	Senado	SUG 40/2019	Programa E-Cidadania	Regulamentação da "Psicoterapia" como prática privativa de Psicólogos com CRP ativo	11.07.2019	MATÉRIA COM A RELATORIA	Humberto Costa	CDH		
Saúde	Câmara	PL 2460/2022	Luisa Canziani (PSD/PR)	Institui o Programa Nacional de Cuidados Paliativos e dá outras providências	13.09.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Yandra Moura	CFT	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Saúde	Câmara	PL 343/2023	Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO)	Dispõe sobre a instalação de Centros de Referência Especializados no Atendimento Integral às pessoas com Obesidade.	07.02.2023	APENSADO AO PL 6803/2010			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Saúde	Câmara	PL 4247/2008	Tião Viana	Consolida a legislação sanitária federal.	06.11.2008	PRONTA PARA PAUTA NO PLÊNARIO (PLEN)	Márcio Macêdo	CCJC	Especial (Art. 213, § 6º, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Saúde Suplementar	Senado	PL 2360/2023	Romário (PL/RJ)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para vedar a limitação do número de consultas ou de sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, enfermeiro obstétrico e obstetritz, ou de psicoterapia, assim como de procedimentos de reeducação e reabilitação física; e dispôr sobre a cobertura assistencial de recursos terapêuticos complementares não previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar.	04.05.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação conclusiva pelas Comissões
Saúde Suplementar	Câmara	PL 1650/2023	Lucas Redecker (PSDB/RS)	Altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre planos privados de assistência à saúde, para determinar a cobertura de consultas e sessões com psicólogos independentemente de solicitação de médico assistente.	05.04.2023	APENSADO AO PL 489/2022			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Saúde Suplementar	Câmara	PL 1705/2019	Erika Kokay (PT/DF)	Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar a autonomia profissional do psicólogo.	26.03.2019	APENSADO AO PL 7419/2006			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Saúde Suplementar	Câmara	PL 1220/2007	Jovair Arantes (PTB/GO)	Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	31.05.2007	APENSADO AO PL 7419/2006	Darcísio Perondi	CSAUDE	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Saúde Suplementar	Câmara	PL 2383/2003	Maninha (PSOL/DF)	Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que "Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", na forma que especifica e dá outras providências.	29.10.2003	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (MESA)	Alexandre Cardoso	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Saúde Suplementar TEA	Câmara	PL 2003/2019	Juninho Do Pneu (UNIÃO/RJ)	Dispõe sobre os atendimentos multidisciplinares limitados pelos planos de saúde de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.	03.04.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Zé Vitor	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Saúde Suplementar TEA	Câmara	PL 1917/2021	Léo Moraes (PODE/RO)	Obriga os planos e seguros de saúde a fornecer atendimento multiprofissional, inclusive com terapias baseadas na Análise do Comportamento Aplicada sob a sistemática composta por supervisor e assistente terapêutico, à criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – TEA ou que possua atrasos no seu desenvolvimento que indiquem risco de TEA.	24.05.2021	APENSADO AO PL 5158/2020			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Saúde Suplementar TEA	Câmara	PL 457/2022	Ronaldo Carletto (PP/BA)	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para obrigar os planos privados de assistência à saúde a disponibilizar a Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis – ABA) e outras modalidades de terapia, sem limitação do número de sessões.	08.03.2022	APENSADO AO PL 1917/2021			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Saúde Suplementar TEA	Câmara	PL 5158/2020	Léo Moraes (PODE/RO)	Obriga os planos de saúde a fornecer atendimento multiprofissional, inclusive com terapias baseadas na Análise do Comportamento Aplicada sob a sistemática composta por supervisor e assistente terapêutico, à criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – TEA ou que possua atrasos no seu desenvolvimento que indiquem risco de TEA.	12.11.2020	APENSADO AO PL 2003/2019			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 7585/2014	Humberto Costa	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	21.05.2014	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Ismael Alexandrino	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 429/2023	Flávia Morais (PDT/GO)	Institui a campanha de estímulo ao cuidado da saúde mental e bem-estar, denominada Janeiro Branco.	09.02.2023	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Mário Heringer	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 6567/2013	Gim Argello	Altera o art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).	14.10.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Maria Arraes	CE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 1704/2019	Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)	Institui a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-Parto.	25.03.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA	Flávia Morais	CPASF	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PL 1495/2019	Camilo Capiberibe (PSB/AP)	Garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escarpamento.	14.03.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA (CPASF)	Dr. Luiz Ovando	CPASF	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PDL 701/2019	Alexandre Padilha (PT/SP)	Susta a Portaria nº 2.979/GAB-MS, de 12 de novembro de 2019, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.	19.11.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Ana Pimentel	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Sistema Único de Saúde (Sus)	Senado	PDL 92/2022	Humberto Costa (PT/PE)	Susta os efeitos da Portaria GM/MS nº 596, de 22 de março de 2022, do Ministério da Saúde que revoga a Seção XII do Capítulo II do Título VIII, art. 1049 até art. 1062, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, e a Seção II do Capítulo III, art. 64 até art. 74, e os anexos XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017.	19.04.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Zenaide Maia	CAS		Deliberação pelo Plenário
Sistema Único de Saúde (Sus)	Senado	PL 3525/2019	Câmara Dos Deputados	Estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.	14.06.2019	REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Sérgio Petecão	PLEN		Deliberação pelo Plenário
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PLP 123/2012	Darcísio Perondi (MDB/RS)	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.	02.02.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Francisco Jr.	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PLP 321/2013	Comissão De Legislação Participativa	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências.	29.08.2013	APENSADO AO PLP 123/2012			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Sistema Único de Saúde (Sus)	Câmara	PEC 1/2015	Vanderlei Macris (PSDB/SP)	Altera o art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%.	05.02.2015	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Carmen Zanotto	PEC00115	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

EIXO: SEGURIDADE SOCIAL

Categorias	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Assistência Social	Câmara	PEC 383/2017	Danilo Cabral (PSB/PE)	Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).	09.11.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	André Figueiredo	PEC38317	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Assistência Social Emergências e desastres	Câmara	PL 360/2022	Christino Aureo (PP/RJ)	Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda para o enfrentamento das emergências estabelecidas em decorrência de desastres naturais e dá outras providências.	22.02.2022	APENSADO AO PL 509/2021			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Cadastro Único Previdência Social	Câmara	PDC 1023/2018	Patrus Ananias (PT/MG)	Susta o Decreto nº 9.462 de 8 de agosto de 2018, que altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.	14.08.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Benedita Da Silva	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
CLT Contribuição Sindical	Senado	PL 4026/2019	Aroide De Oliveira (PSD/RJ)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	10.07.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Rose De Freitas	CCJ		Deliberação conclusiva pelas Comissões
CLT Obrigatoriedade de Assistência Psicológica	Senado	PL 642/2022	Rose De Freitas (MDB/ES)	Acrescenta o art. 168-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a disponibilização de psicólogo em empresas que possuem cem ou mais empregados.	21.03.2022	AGUARDANDO DESPACHO				

Código Civil	Câmara	PL 3503/2004	José Sarney	Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav), além de outras providências.	10.05.2004	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA; PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Luiz Couto	CCJC	Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código de Trânsito Brasileiro	Câmara	PL 5189/2019	Fabiano Cantarato	Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Trânsito.	12.05.2022	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Alex Manente	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código de Trânsito Brasileiro	Câmara	PL 8085/2014	Ana Amélia	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.	12.11.2014	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA;	Sérgio Brito	PL808514	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Emenda Constitucional 95/2016	Câmara	PEC 439/2018	Pedro Uczai (PT/SC)	Suprime os artigos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 da Constituição Federal incluídos pela Emenda Constitucional 95/2016.	14.08.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Danilo Cabral	CCJC	Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	Câmara	PL 522/2022	Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)	Modifica a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a fim de conceituar dado neural e regulamentar a sua proteção.	09.03.2022	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Adriano Do Baldy	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Marco Civil da Internet Saúde Mental	Senado	PL 2184/2022	Telmário Mota (PROS/RR)	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para cobrir a divulgação, pela internet, de conteúdo que induza, instigue ou constranja alguém a atentar contra sua incolumidade física, psicológica ou a de outrem	09.08.2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação conclusiva pelas Comissões
Participação Social	Câmara	PL 5065/2016	Delegado Edson Moreira (PL/MG)	Altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º.	26.04.2016	APENSADO AO PL 149/2003	Hugo Leal	CSPCCO	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Participação Social	Câmara	PL 9858/2018	Rogério Marinho (PSDB/RN)	Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a atividade terrorista de movimentos sociais.	22.03.2018	APENSADO AO PL 9604/2018			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Participação Social	Senado	PL 2211/2022	Câmara Dos Deputados	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para modificar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	10.08.2022	MATÉRIA COM A RELATORIA	Humberto Costa	CAS		Deliberação pelo Plenário
Participação Social	Câmara	PDL 113/2019	Paulo Pimenta (PT/RS)	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal."	12.04.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE	Luiz Philippe De Orleans E Bragança	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Participação Social	Câmara	PL 7005/2013	Serys Shlessarenko	Acrescenta os §§ 3º e 4º na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.	18.12.2013	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO NO PLENÁRIO (PLEN)	Luiz Couto	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Previdência Social Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Senado	PL 1113/2022	Veneziano Vital Do Rêgo (MDB/PB)	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de transtorno do espectro autista (TEA).	04.05.2022	AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO				
EIXO: SISTEMA DE JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS PENAIS										
Categories	Casa	Identificação	Autoria	Ementa	Apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Regime de Tramitação	Forma de Apreciação
Código Penal	Câmara	PL 8045/2010	José Sarney	Código de Processo Penal.	22.12.2010	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA;	João Campos	PL804510	Especial	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal	Câmara	PL 190/2023	Dagoberto Nogueira (PSDB/MS)	Tipifica o crime de violência obstétrica.	02.02.2023	APENSADO AO PL 2589/2015			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal	Senado	PLS 236/2012	José Sarney (MDB/AP)	Reforma do Código Penal Brasileiro.	09.07.2012	EM TRAMITAÇÃO	Fabiano Cantarato	CCJ		Deliberação pelo Plenário
Código Penal Lei de Execução Penal Sistema de Justiça	Câmara	PL 2053/2011	Hugo Leal (PSD/RJ)	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a pena de recolhimento domiciliar, extinguir o regime de albergamento, modificar o sistema progressivo de cumprimento de pena e os requisitos a obtenção do livramento condicional, e dá outras providências.	17.08.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Alexandre Leite	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Saúde Mental	Câmara	PL 7430/2017	Aureo	Altera os artigos 122 e 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer incidência do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem sobre a conduta de induzir ou instigar, por disseminação em meios informáticos, eletrônicos, digitais ou comunicação em massa, a automutilação ou outros perigos de vida e saúde e determinar aumento de pena para o induzimento ao suicídio com utilização desses meios. (PL Baleia Azul).	18.04.2017	APENSADO AO PL 7047/2017			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Combate à Tortura Lei de Execução Penal Sistema Prisional	Câmara	PL 9054/2017	Renan Calheiros	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	08.11.2017	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Combate à Tortura	Senado	PL 2140/2020	Rogério Carvalho (PT/SE)	Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país.	23.04.2020	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação conclusiva pelas Comissões
Código Penal Segurança nas Escolas	Câmara	PL 1647/2023	Alex Manente (CIDADANIA/SP)	Acrescenta o art. 287-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de atentado à integridade física e psicológica no recinto escolar.	05.04.2023	APENSADO AO PL 1624/2023			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Violência e Preconceitos na Escola	Câmara	PL 1011/2011	Fábio Faria (PP/RN)	Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências.	12.04.2011	APENSADO AO PL 847/2019	Carla Dickson	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal CLT Igualdade Racial	Câmara	PL 2665/2007	Rodvalho (PP/DF)	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	18.12.2007	APENSADO AO PL 6418/2005			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Mulheres	Senado	SUG 3/2023	Programa E-Cidadania	Requer a criminalização da misoginia.	27.03.2023	TRANSFORMADA EM PROJETO DE LEI DO SENADO	Eliziane Gama	CDH		

Código Penal Mulheres	Câmara	PL 6622/2013	Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 11 do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher, e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.	23.10.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Diego Garcia	CMULHER	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Mulheres	Senado	PL 556/2019	Eduardo Girão (NOVO/CE)	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para elevar a pena do crime de aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante, e criar nova causa de aumento de pena.	07.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Juíza Selma	CCJ		Deliberação conclusiva pelas Comissões
Código Penal Mulheres	Câmara	PL 5069/2013	Eduardo Cunha (MDB/RJ)	Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	27.02.2013	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Evandro Gussi	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Direitos Humanos	Câmara	PL 7582/2014	Maria Do Rosário (PT/RS)	Define os crimes de dolo e intolerância e cria mecanismos para combater, nos termos do inciso III do art. 1º e o caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	20.05.2014	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Luiz Couto	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Direitos Humanos	Câmara	PL 6418/2005	Paulo Paim	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.	14.12.2005	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Henrique Afonso	CDHMIR	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Código Penal Direitos Humanos	Câmara	PL 713/2019	Marília Araes (SOLIDARIEDADE/PE)	Altera o art. 61, do Código Penal para considerar agravante o cometimento do crime em razão da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, gênero e/ou deficiência.	13.02.2019	APENSADO AO PL 5406/2020 (Nº ANTERIOR, PLS 787/2015)	Pastor Eurico	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Combate À Tortura Lei de Execução Penal Sistema Prisional	Câmara	PL 4655/2009	Glauber Braga (PSOL/RJ)	É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepesa e suas consequências.	12.02.2009	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Pedro Lupion	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Estatuto do desarmamento Porte de Armas	Câmara	PL 3941/2004	Nelson Bornier (MDB/RJ)	Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	08.07.2004	APENSADO AO PL 9433/2017	João Campos	CSPCCO	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Estatuto do desarmamento Porte de Armas	Câmara	PL 7986/2017	Josi Nunes (PROS/TO)	Altera o inciso X do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo para os fiscais agropecuários nos termos que disciplina.	29.06.2017	APENSADO AO PL 6070/2016			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Emergências e desastres	Câmara	PL 3890/2020	Rui Falcão (PT/SP)	Institui o Estatuto da Vítima.	21.07.2020	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Exame Criminológico Lei de Execução Penal	Senado	PL 2253/2022	Câmara Dos Deputados	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária.	10.08.2022	PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Flávio Bolsonaro	CSP		Deliberação pelo Plenário
Exame Criminológico Lei de Execução Penal Sistema Prisional	Câmara	PL 2213/2021	Alex Manente (CIDADANIA/SP)	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer como condição necessária para a progressão ao regime aberto e da concessão do benefício da saída temporária a aplicação do exame criminológico.	16.06.2021	APENSADO AO PL 6579/2013			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei de Execução Penal	Câmara	PL 7764/2014	Ana Rita	Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.	02.07.2014	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Helder Salomão	CCJC	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Lei de Execução Penal Pandemia de Covid-19 Sistema de Justiça	Câmara	PL 2149/2020	Paulo Eduardo Martins (PL/PR)	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), proibindo a concessão de prisão domiciliar ou qualquer outra medida alternativa ao preso acusado ou condenado por crime hediondo ou membro de facção ou de organização criminosa, em decorrência de surto, epidemia, pandemia, endemia ou situação assemelhada.	23.04.2020	APENSADO AO PL 9896/2018			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei de Execução Penal PNAISP Sistema Prisional	Câmara	PL 3740/2021	Delegado Pablo (UNIÃO/AM)	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a assistência psicológica nos estabelecimentos penais.	26.10.2021	APENSADO AO PL 6275/2019			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei de Execução Penal PNAISP Sistema Prisional	Câmara	PL 6275/2019	Norma Ayub (PP/ES)	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para determinar o atendimento psicológico e psiquiátrico nos estabelecimentos penais.	04.12.2019	APENSADO AO PL 5444/2016			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei de Execução Penal PNAISP Sistema Prisional	Câmara	PL 7791/2010	Demóstenes Torres	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos.	01.09.2010	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei de Execução Penal Sistema Prisional	Câmara	PL 360/2021	Neucimar Fraga (PP/ES)	Altera a Lei de Execuções Penais para excluir a possibilidade de concessão de saída temporária.	09.02.2021	APENSADO AO PL 9009/2017			Urgência (Art. 155, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Lei de Execução Penal Sistema de Justiça	Câmara	PL 3391/2012	Carlos Bezerra (MDB/MT)	Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	08.03.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Valtenir Pereira	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Pandemia de Covid-19 Políticas Penais	Câmara	PDL 145/2020	Chris Tonietto (PL/RJ)	Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	09.04.2020	AGUARDANDO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS				
Pandemia de Covid-19 Sistema Prisional	Câmara	PL 978/2020	Taliria Petrone (PSOL/RJ)	Dispõe sobre medidas penais, processuais penais e socioeducativas emergenciais a respeito da população carcerária brasileira após o decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia decorrente do alastramento das infecções pelo coronavírus (COVID-19), levando em consideração o elevado risco à sociedade em geral e, em especial, às pessoas em privação de liberdade, aos agentes penitenciários e aos demais servidores vinculados às Secretarias de Administração Penitenciária, demandando medidas urgentes com vistas à preservação dos direitos fundamentais à vida e à saúde, nos termos da Constituição Federal de 1988.	24.03.2020	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Padre João	CSAUDE	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Pandemia de Covid-19 Sistema Prisional Sistema Socioeducativo	Câmara	PL 1331/2020	Sanderson (PL/RS)	Veda as concessões de liberdade provisória ou de prisão domiciliar aos presos ou aos internados recolhidos aos estabelecimentos penais ou socioeducativos, motivadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil.	31.03.2020	APENSADO AO PL 978/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
PNAISP Saúde Sistema Prisional	Câmara	PL 2574/2007	Comissão De Legislação Participativa	Cria Centros de Saúde nos estabelecimentos prisionais com mais de 100 presos e prevê atendimento em ambulatório na própria unidade prisional por profissionais de saúde nas prisões com até 100 detentos.	07.12.2007	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Magda Mofatto	CSPCCO	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Políticas Públicas Sobre Drogas	Câmara	PL 4565/2019	Alexandre Padilha (PT/SP)	Atualiza a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e dá outras providências.	20.08.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SAÚDE (CSAUDE)	Dr. Zacharias Call	CSAUDE	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Políticas Públicas Sobre Drogas Segurança Pública	Câmara	PL 7187/2014	Eurico Júnior (PV/RJ)	Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências.	25.02.2014	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Porte de Armas	Senado	PL 3713/2019	Major Olimpio (PSL/SP)	Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.	25.06.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Alessandro Vieira	CCJ		Deliberação pelo Plenário
Porte de Armas	Senado	PDL 69/2021	Randolfé Rodrigues (REDE/AP)	Susta o Decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados", o Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição", o Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro, e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores." e o Decreto nº 10.630, de 12 de fevereiro de 2021, que altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas".	18.02.2021	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR				Deliberação pelo Plenário
Porte de Armas	Câmara	PL 456/2023	Nikolas Ferreira (PL/MG)	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, com o objetivo de desburocratizar e facilitar o acesso dos cidadãos para a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição.	11.02.2023	APENSADO AO PL 3401/2021			Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Saúde Mental Segurança Pública	Câmara	PL 4456/2012	Renan Calheiros	Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.	18.09.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Vicente Candido	CFT	Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Segurança Pública	Câmara	PL 1538/2022	Leonardo Gadelha (PSC/PB)	Altera a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, para obrigar o ensino da neurodiversidade, psicopatologia e da psicologia comportamental nos cursos de formação das carreiras de da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, e dá outras providências.	08.06.2022	APENSADO AO PL 5231/2020			Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Sistema de Justiça Tráfico de Pessoas	Câmara	PL 5317/2013	Giroto (PL/MS)	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para acrescentar o crime de tráfico interno e institucional de pessoas.	04.04.2013	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Fábio Trad	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Sistema de Justiça	Câmara	PL 4827/1998	Zulaiê Cobra (PSDB/SP)	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	10.11.1998	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Arthur Oliveira Maia	CCJC	Ordinário (Art. 151, III, RICD)	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário